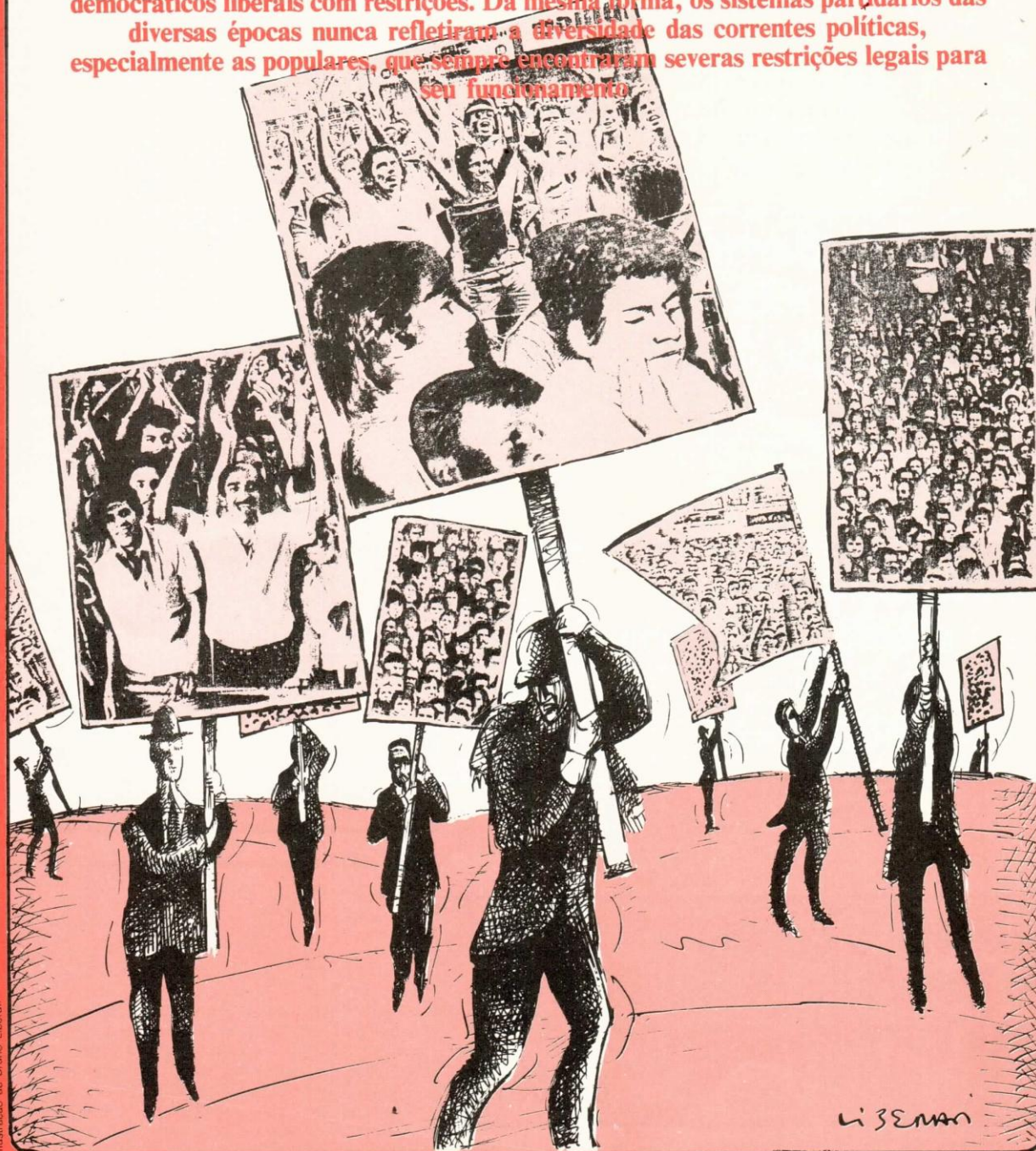


Democracia e sistema partidário

O Brasil, desde a República, oscilou entre regimes ditatoriais abertos e regimes democráticos liberais com restrições. Da mesma forma, os sistemas partidários das diversas épocas nunca refletiram a diversidade das correntes políticas, especialmente as populares, que sempre encontraram severas restrições legais para seu funcionamento.



POLÍTICA/PARTIDOS: número de partidos nacionais e as características dos principais deles (1889/1984); limitação principal do sistema partidário (1889-1984); existência ou não de liberdade de organização para os partidos comunistas

A nossa precária vida partidária

As elites brasileiras nunca realizaram grandes movimentos nacionais que lhes permitisse criar fortes e duradouros partidos. Além disso, sempre dificultaram a vida legal das correntes populares

Número de partidos nacionais e as características dos principais deles

Limitação principal do sistema partidário

Existência ou não de liberdade de organização para partidos comunistas

**1889-1930
República Velha**

ZERO

Não existiram partidos nacionais. No entanto, no final dos anos 20, correntes políticas divergentes nos velhos "PR" (Partidos Republicanos estaduais) tentaram aglutinar-se e deram origem ao Partido Democrático de São Paulo, originando, em 1928, um Partido Democrático Nacional. O processo foi interrompido pelo movimento armado de 1930, sob o comando da Aliança Liberal.

As forças das oligarquias – O federalismo posto em prática pela República fortaleceu as oligarquias regionais, e geralmente agrupadas num único partido em cada Estado. Nos estados mais atrasados, os "Partidos Republicanos" eram a expressão de um único clã local. Em São Paulo e Minas Gerais, os respectivos "PRs" eram uma espécie de coligado de "coronéis".

NÃO

Em 1921 existiam 15 a 20 grupos comunistas atuando isoladamente no Brasil. Em março de 1922 foi fundado o Partido Comunista do Brasil. Teria, entretanto, três meses de legalidade. Foi declarado ilegal quando da decretação do Estado de Sítio, em julho daquele ano. Voltou à legalidade após o fim do Estado de Sítio, em janeiro de 1927, mas foi colocado na ilegalidade novamente em agosto, do mesmo ano.

1930-1945 República Nova e Estado Novo

ZERO

Existiram algumas organizações que tentaram atuar nacionalmente; todas dissolvidas depois do golpe do Estado Novo, em 1937. Eram elas: o *Clube 3 de Outubro*, que reunia "tenentistas" participantes da revolução de 1930; a *Aliança Nacional Libertadora* (ANL), fundada e dissolvida em 1935, que lutava pela instalação de um governo popular, nacional e revolucionário; a *Liga Eleitoral Católica*, fundada em 1932, pelo cardeal D. Sebastião Leme; a *Ação Integralista Brasileira*, também criada em 1932, que unificou várias organizações com ideário fascista/corporativista sob a liderança de Plínio Salgado.

Liberdade relativa e ditadura – Com o fim da República Velha adotou-se a legislação de 1932, relativamente liberal. O Decreto 21076 de 24 de fevereiro de 1932 admitia dois tipos de partidos: os permanentes, que adquiriam personalidades jurídicas; e os provisórios, que se formavam transitariamente, às vésperas dos pleitos, apenas para disputá-los. Também eram equiparados aos partidos as associações de classe legalmente constituídas. Com o golpe do Estado Novo, em 1937, todos os partidos foram extintos e proibida a organização e funcionamento de novos.

NÃO

O Tribunal Eleitoral indeferiu o registro do PC no final de 1932, sob a alegação de tratar-se de partido "internacionalista". Os candidatos do PC, no entanto, concorreram à Constituinte de 1934 sob uma legenda já registrada, a União Operária e Camponesa.

Após o golpe do Estado Novo (1937) foi proibida a organização e o funcionamento de qualquer partido.

1945-1964 Período Democrático-Liberal

3

Somente três partidos tinham expressão eleitoral em nível nacional. O *Partido Social Democrático* (PSD) foi criado em 1945, por determinação de Getúlio. Conservador, era apoiado na antiga máquina política do Estado Novo; agregava grandes proprietários de terra, banqueiros, industriais, comerciantes, parte das camadas médias urbanas, e do eleitorado rural clientelista. A *União Democrática Nacional* (UDN) surgiu em 1945 como uma frente ampla e heterogênea de opositores do Estado Novo. Englobava desde oligarquias destituídas em 1930 a socialistas que depois se desligariam para fundar o Partido Socialista Brasileiro. Dirigida pelas elites urbanas, mas apoiada no voto rural arrebanhado por chefes políticos conservadores. O *Partido Trabalhista Brasileiro* (PTB) foi criado quase que simultaneamente com o PSD, também por influência de Getúlio. Com bases na estrutura sindical montada no Estado Novo, intentava disputar os votos nas áreas de influência do Partido Comunista.

Os outros partidos existentes no período tinham somente força regional. Eram eles: o *Partido Social Progressista* (PSP), o *Partido Social Trabalhista* (PST), o *Partido Trabalhista Nacional* (PTN), o *Partido Rural Trabalhista* (PRT), o *Partido Socialista Brasileiro* (PSB), o *Partido Democrata Cristão* (PDC), o *Partido de Representação Popular* (PRP), o *Partido Republicano* (PR), e o *Partido Libertador* (PL).

Dois pesos, duas medidas – Com o fim do Estado Novo, a legislação estabelecia que para um partido se registrar necessitava pelo menos 10 mil assinaturas de eleitores distribuídos em pelo menos cinco Estados – e em nenhum Estado poderia ter menos que 500 assinaturas. Após isso, o partido deveria eleger pelo menos um representante no Congresso em eleições gerais, ou obter um mínimo de 50 mil votos. Além disso, o TSE poderia negar o registro de qualquer partido cujo programa fosse contrário aos "princípios democráticos". Devido a esse dispositivo legal o PC foi cassado, mas o Partido de Representação Popular, de orientação fascista, pôde continuar existindo. Em 1946, o presidente Dutra aumentou para 50 mil o número de assinaturas necessárias para a fundação de um partido.

NÃO

Em setembro de 1945 foi concedido o registro para o PC, em caráter provisório. Mas com base na Lei nº 8063, de 14 de maio de 1946, que proibiu o funcionamento de partidos considerados "antidemocráticos", que fossem filiados a organização internacional ou recebessem dinheiro do Exterior, o PC foi cassado em 7 de maio de 1947. Após o governo Dutra, o PC foi relativamente tolerado e teve maior liberdade de atuação no governo Goulart.

1964-1979 Regime Militar

2

Com a extinção dos antigos partidos, em 1966, o regime forçou a criação de somente dois partidos: um de apoio e outro de oposição "confiável". A *Aliança Renovadora Nacional* (ARENA) criada para ser uma ampla frente de apoio ao Regime Militar. Abarcou 70% dos políticos do ex-PSD e 90% da ex-UDN, além de absorver a quase totalidade dos antigos pequenos partidos conservadores. Com base eleitoral principalmente no Nordeste, aglutinou grande parte da burguesia industrial e financeira e setores conservadores das classes médias. O *Movimento Democrático Brasileiro* (MDB) absorveu as forças contrárias ao golpe de 1964, e, depois, os descontentes com os rumos do novo regime. Compôs-se inicialmente de cerca de 70% dos quadros do ex-PTB, 30% do ex-PSD, parte do PDC, mais PSP e PSB e raros ex-udenistas. Enfrentou grandes dificuldades para se constituir em função das sérias limitações à atividade política após a consolidação do Regime Militar. Sofreu com inúmeras cassações de parlamentares pelo AI-5. A partir de 1974, quando conquistou sua primeira grande vitória eleitoral, passou a crescer ininterruptamente com o voto das regiões mais desenvolvidas do País.

O bipartidarismo forçado – A Lei Orgânica dos Partidos (número 4740, de 15 de julho de 1965) estabeleceu duras condições para a legalização dos partidos: deveriam ter 3% dos votos nas eleições legislativas, em 11 Estados, e um mínimo de 2% por Estado; eleger 12 deputados federais, em sete Estados; ter 11 Diretórios Estaduais, organizados por Diretórios Municipais que, por sua vez, só poderiam ser organizados a partir de um número mínimo de eleitores nos municípios. O Ato Institucional nº 2 (de outubro de 1965), no entanto, extinguiu todos os partidos então existentes. O Ato Complementar nº 4 (de 30 de novembro de 1965) estabeleceu que, no prazo de 45 dias, novos partidos deveriam estar organizados com um mínimo de 120 deputados e 20 senadores.

NÃO

Além das restrições legais, o PC e outras organizações de esquerda, surgidas a partir das cisões internas no partido, foram duramente perseguidas pelos órgãos de repressão do Regime Militar. Parte dessas organizações passou a atuar dentro do MDB. Com a anistia promulgada em 1979 pelo presidente Figueiredo, voltam ao Brasil, ou saem da clandestinidade, suas lideranças. Estes partidos, no entanto, permanecem na ilegalidade.

1979-1984 Regime Militar (abertura)

2

Também a partir de 1979 somente dois grandes partidos com bases eleitorais subsistem. O *Partido Democrático Social* (PDS) foi o sucedâneo da ex-Arena, após a demolição do bipartidarismo, em 1979. Constituiu-se definitivamente no início de 1981 e tentou ampliar sua base eleitoral "modernizando" seu programa com pitadas de preocupações sociais. Baseado também no voto de zonas interioranas, especialmente do Nordeste. O *Partido do Movimento Democrático Brasileiro* (PMDB) foi o sucedâneo do MDB e, como ele, um partido especialmente urbano. Abrigou setores moderados das classes médias e do empresariado, setores populares e intelectuais progressistas.

Os outros três partidos tinham expressão eleitoral somente localizada. O *Partido Trabalhista Brasileiro*, liderado pela deputada Ivete Vargas, tinha bases eleitorais somente em São Paulo e Rio de Janeiro. O *Partido Democrático Trabalhista*, de Leonel Brizola, era baseado principalmente no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. E o *Partido dos Trabalhadores* liderado por Luís Inácio da Silva, tinha expressão somente nas regiões operárias da Grande São Paulo.

O pluripartidarismo limitado – A Lei da Reforma Partidária (de 20 de dezembro de 1979) extinguiu a ARENA e o MDB; estabeleceu prazo de 180 dias para a organização de novos partidos, cuja fundação deveria ser de iniciativa de pelo menos 101 eleitores. No entanto, obrigava o uso da palavra partido nos nomes das novas agremiações, proibia o uso de propaganda, nomes, siglas ou símbolos dos partidos extintos; exigia ainda que, para legalizar-se, o novo partido deveria ter 5% dos votos para a Câmara Federal, em nove Estados, com um mínimo de 3% por Estado; que estivesse organizados em nove Estados, em pelo menos 1/5 dos municípios; e proibia coligações partidárias.

NÃO

Ainda na ilegalidade, os PCs e as organizações de esquerda atuavam no interior do PMDB, PDT e PT. Em 1984, durante os comícios da campanha por eleições diretas para a presidência da República, era ostensiva a presença dos comunistas, através de faixas e cartazes. Inicia-se uma campanha pela legalização do PCB e do PC do B, que possuíam jornais e sedes oficiais desde o final dos anos 70. As restrições legais no entanto permaneciam.

POLÍTICA/PARTIDOS: as várias forças partidárias no interior dos partidos legais; número de candidatos de organizações de esquerda que concorreram nas eleições de 1982, segundo órgãos militares; pesquisa sobre o quadro partidário (1983)

Partidos dentro dos partidos

O bipartidarismo forçado (de 1966 a 1979) e o pluripartidarismo limitado (de 1979 a 1984) imposto pelo Regime Militar não puderam evitar que os antigos partidos do período pré-64 continuassem existindo dentro das poucas legendas permitidas após 1964. Elas abrigaram antigas máquinas eleitorais, velhos líderes ou seus herdeiros políticos e as organizações de esquerda

As leis apenas taparam o sol com a peneira...

1965	1966	1982(1)	
PRT + PTN + PST + PSB	PTN + PST + PRT + PSB	(2) PT	PT
PDC	PSP	PTB	PTB
PTB	PDC	PCB (dissidência)	PDT
	UDN	PSB	
		PSB e esquerda independente	
	PTB	PCB	PMDB
		PCdoB	
		MR-8	
		PTB(antigo)	
		UDN	
PR + PL + PRP	PR + PL + PRP		
PSP	PTN + PST + PRT + PSB		
UDN	PDC		
	PSP		
	PTB		
	PSD		
	UDN		
PSD		UDN	
		PSD	
		PSP	
		Outros	

- ARENA** – Aliança Renovadora Nacional
- MDB** – Movimento Democrático Brasileiro
- MR-8** – Movimento Revolucionário Oito de Outubro
- PCB** – Partido Comunista Brasileiro
- PC do B** – Partido Comunista do Brasil
- PDC** – Partido Democrata Cristão
- PDS** – Partido Democrático Social
- PDT** – Partido Democrático Trabalhista
- PL** – Partido Libertador
- PMDB** – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
- PR** – Partido Republicano
- PRP** – Partido de Representação Popular
- PRT** – Partido Rural Trabalhista
- PSB** – Partido Socialista Brasileiro
- PSD** – Partido Social Democrático
- PSP** – Partido Social Progressista
- PST** – Partido Social Trabalhista
- PT** – Partido dos Trabalhadores
- PTB** – Partido Trabalhista Brasileiro
- PTN** – Partido Trabalhista Nacional
- UDN** – União Democrática Nacional

(1) O quadro de 1982 é uma aproximação

(2) O PT também inclui partidos comunistas e organizações trotskistas

Fonte: Pereira, Raimundo Rodrigues e outros. *Eleições no Brasil Pós-64*, Global Editora, SP, 1984

...e a esquerda, que os militares pretendiam varrer do cenário político, continuou participando das eleições

Número de candidatos de organizações de esquerda que concorreram nas eleições de 1982, segundo órgãos militares(*)

PCB				PC do B				MR-8				Outros			
Partido Comunista Brasileiro				Partido Comunista do Brasil				Movimento Revolucionário 8 de Outubro							
PREFEITO	VEREADOR	DEPUTADO ESTADUAL	DEPUTADO FEDERAL	PREFEITO	VEREADOR	DEPUTADO ESTADUAL	DEPUTADO FEDERAL	PREFEITO	VEREADOR	DEPUTADO ESTADUAL	DEPUTADO FEDERAL	PREFEITO	VEREADOR	DEPUTADO ESTADUAL	DEPUTADO FEDERAL
8	44	45	27	25	48	36	10	19	56	70	41	2	21	15	15

(*) jornal *Letras em Marcha*, nº 134, informativo militar, citado por Pereira, Raimundo Rodrigues e outros, *Eleições no Brasil Pós-64*, Global Editora, SP, 1984

Um sistema que não agrada a maioria da população

Uma pesquisa do jornal *Folha de S. Paulo*, feita em 1983, mostrou que a maioria da população rejeitava o quadro partidário da época

O Sr.(a) está satisfeito(a) com o atual quadro partidário do País?

PARTIDO EM QUE VOTOU EM 1982	CATEGORIAS						
	PDS %	PDT %	PMDB %	PT %	PTB %	BRANCOS NULOS %	TOTAL %
Sim	44,6	41,4	31,6	30,2	44,3	18,5	33,7
Não	49,7	58,6	61,0	67,9	51,5	50,0	58,3
Não tem opinião	5,7	—	7,4	1,9	4,2	31,5	8,0

Fonte: *Folha de S. Paulo*, 4/9/1983

NÍVEL DE RENDA	CATEGORIAS			
	ATÉ 2 S.M. %	DE 2 a 5 S.M. %	+ DE 5 S.M. %	TOTAL %
Sim	34,1	28,9	27,1	30,3
Não	63,9	58,1	62,8	61,1
Não tem opinião	2,0	13,0	10,1	8,6